

**POLÍTICA**  
ALÉM DA NOTÍCIA

# Senado quer plenário funcionando

## Itamar e Haddad lideram movimento para forçar abertura de sessões

### Executiva se reúne para debater crise

### Choque definido

Embora o deputado José Serra não veja condições de aplicação a curto prazo do choque a israelense, o segundo choque será posto em ação logo que o presidente Sarney tenha a completa convicção do assentamento das lideranças no Congresso, do encaminhamento regular dos trabalhos da Constituinte sob um regime definido e aprovado, e de algumas precondições de política econômica.

E de se recordar que o deputado José Serra esteve recentemente em Israel, por sugestão do próprio presidente da República, onde se intelorou de seus três sucessivos choques econômicos. Serra é candidato a um ministério econômico na próxima reforma ministerial. As pre-condições econômicas exigiram um surto inflacionário brutal para, no seu pique, ser dado o choque, com congelamento de preços e nova indexação, pois a correção monetária não acabou e está apenas congelada. O feeling do Presidente ditará o momento.

### LBA, COMO GENTE GRANDE

Nem tudo é "paquiderme paraliótico" no Governo, é de se reconhecer. Uma das exceções notórias, reconhecidas pelo próprio presidente Sarney, é a Legião Brasileira de Assistência, primeira instituição governamental a fazer uma completa reforma administrativa, promovida pelo seu presidente, Marcos Vilaça. E a fez eliminando 50 departamentos, adotando o sistema gerencial de projetos e ainda com a adoção de um plano de cargos e salários.

A idéia-síntese da reforma foi publicada no Diário Oficial da União, de segunda-feira, e indica, como sua primeira premissa, a busca dos princípios da descentralização administrativa. Como novidade, a LBA terá, a partir de agora, uma Secretaria de Economia, englobando planejamento e avaliação. Criou-se também uma espécie de "Sarem dos Pobres", que é a Secretaria de Apoio ao Cidadão e à Família, e uma Secretaria de Apoio Comunitário. Vilaça já disse a que veio.

### GEISEL NÃO DA MARGEM

O ex-presidente Geisel continua sendo um flador da regularidade institucional, vista sob o ângulo também de um chefe militar que tem sido procurado com insistência por políticos, oficiais-generais e até economistas, buscando seu apoio ou simplesmente uma orientação. A todos, Geisel tem repetido que sem Sarney não há solução. Repetiu isso até mesmo a açodado parlamentar do PMDB que deseja ser ministro da área econômica.

### UMA EXPLOSAO DE SARNEY

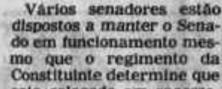
Ao ouvir ponderações de pessoas de seu círculo íntimo, no sentido de que está muito paciente, o presidente Sarney disse a um deles, que o cobra: — Vocês não conhecem o Congresso. Foi renovado em mais de 60 por cento, e ali tudo mudou desde o meu tempo.

O pedido de paciência e o apelo para o Palácio por os pés no chão foram finalmente atendidos.

### BORNHAUSEN COM DIFICULDADES

Nem o pessoal técnico do Ministério da Educação atende às ordens do ministro Jorge Bornhausen, nem o próprio estaria usando de maior energia para coibir abusos em sua área, como no episódio do aumento de anuidades nas escolas particulares de Brasília. O presidente Sarney ficou sobremodo decepcionado com a falta de ação do MEC.

LEONARDO MOTA NETO



Lembram os dois senadores que a Assembleia Nacional Constituinte, pela sua própria natureza, impede a formação de comissões especiais para investigações, Itamar Franco pretende criar uma comissão para apurar a existência da D. Ta Três — conta secreta da Comissão Nacional de Energia Nuclear. — e suas implicações com o Acordo Brasil-Alemanha.

Jamil Haddad quer uma comissão especial para examinar a dívida externa, lembrando que o próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), tem le-

vantado a suspeição de parte destes empréstimos. Há, também, uma proposta para criação de uma comissão para investigar as importações feitas nos últimos dois anos, especialmente a de leite contaminado, arroz estragado, carne suspeita etc.

De acordo com o plano elaborado por Itamar Franco e Jamil Haddad, a primeira sessão ordinária do Senado será realizada em 9 de março. Eles pedirão à mesa que convoque sessão extraordinária para as 18h30 a fim de não coincidir com o funcionamento da Constituinte. Nesta sessão será aprovada mudança de regimento do Senado estabelecendo as sessões ordinárias às 18h30 durante o funcionamento da Constituinte.

## A cidadania da mulher

LÚCIA VÂNIA ABRAÃO COSTA\*



O programa de planejamento familiar posto em marcha pelo Governo deve merecer a atenção, o estudo e a discussão por todos os setores da sociedade, e particularmente, das mulheres brasileiras. É imprescindível que os órgãos de defesa dos direitos da mulher participem das discussões, da definição dos objetivos e metas, e ainda das estratégias que objetivem o controle demográfico. Ela não pode ser considerada apenas uma fabricante de filhos, responsável pela procriação e, conseqüentemente, apenas pelos malefícios que se atribui ao descompasso entre as necessidades que criam as milhares de crianças que surgem a cada ano e a capacidade do Estado de suprir suas necessidades e ao mesmo tempo fornecer horizontes de realização e felicidade.

Em primeiro lugar deve ser considerada a liberdade como ser humano, como ser emocional e afetivo, no momento de decidir quantos filhos deve ter e as formas de inibição do poder criador que é patrimônio seu intransferível. Por outro lado, numa sociedade democrática cresce o valor de sua cidadania. Como participante da construção da vida econômica e política do País deve ser ouvida, não só nos projetos específicos da problemática feminina, mas em todos os assuntos que envolvem a vida nacional.

Afastada a tendência malthusiana de considerar o crescimento demográfico como causa de todas as misérias e, conseqüentemente, o controle da natalidade como panacéia para as enfermidades sociais, o planejamento familiar não pode prescindir de medidas que permitam a participação consciente e outras que corrijam os desníveis de uma estrutura social armada sobre bases nem sempre muito justas.

O planejamento familiar não pode ser dissociado do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Numa realidade em que a estrutura de saúde e a rede de atendimento são precárias, tornam difícil a eficácia da maioria das medidas contraceptivas, já que muitas vezes a mulher brasileira encontra dificuldade para receber com algum conforto e dignidade e atenção aos seus problemas de rotina.

A revisão e a elevação dos níveis de qualidade do aparelho de saúde são portanto imprescindíveis para a aplicação justa e respeitosa de qualquer programa de planejamento familiar.

Outra questão que se me parece afiliva é o acesso a uma educação participativa, em que a mulher não seja apenas destinatária de uma cartilha, mas co-autora de uma prática que pode muitas vezes aproveitar dados de sua experiência pessoal ou relevantes contribuições de seu mundo cultural.

Só uma educação democrática, permanente e participativa pode dar à mulher, principalmente das camadas mais humildes, condições de conhecer, escolher, e em fim, decidir sobre o planejamento de sua família e as formas de sua eleição para atingir esses objetivos.

É claro que o ambiente satisfatório para o desenvolvimento dessas ações é o do diálogo, da participação e, portanto, da democracia. O planejamento familiar não pode estar desvinculado da construção das relações democráticas. Assim também a limitação do número de filhos não se dissocia da condição de liberdade e de cidadania da mulher. Devem estar fora de cogitação as atitudes informadas apenas pelas concepções biológicas. Fora do respeito à liberdade da mulher, fora da admisión de sua cidadania e do outro lado de uma educação democrática podemos ter sistemas de controle, discutíveis e autoritários e que não servem ao nosso povo e ao nosso país.

Assim, como têm exigido estudiosos e representantes das instituições de defesa dos direitos da mulher, torna-se necessária e insubstituível a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto ao Conselho de Desenvolvimento Social, no assessoramento e na decisão das políticas que objetivem o planejamento familiar.

Está consciente a mulher brasileira que por ela passam, não apenas as gerações de novos homens. Passa o futuro com as alternativas de uma sociedade menos desigual, mais justa, mais respeitosa.

\* Deputada federal pelo PMDB e ex-primeira dama de Goiás

GIVALDO BARBOSA



## Sarney recebe mesa da Câmara completa

Titulares e suplentes da mesa da Câmara dos Deputados foram recebidos ontem pelo presidente Sarney, no Palácio do Planalto, para uma conversa sobre política e economia.

### PRORROGAÇÃO

Segundo o senador Affonso Camargo, 3º vice-presidente nacional do partido, seria conveniente adiar as convenções municipais partidárias de junho para o início do próximo ano.

O senador destaca ainda a análise dos temas mais importantes a serem debatidos na Constituinte. Segundo ele, a executiva nacional deverá tomar posição em face de alguns pontos fundamentais, como as reformas sociais, por exemplo.

### PMDB indica vice-líderes na Câmara

O líder do PMDB na Câmara, Luis Henrique, anunciou, ontem à tarde, a escolha dos deputados João Hermann, Ibsen Pinheiro, Miro Teixeira e Ubiratan Aguiar para atuarem como vice-líderes, respectivamente, na coordenação da articulação política, na coordenação de plenário e na coordenação de comissões.

O líder do PMDB apresentou os quatro deputados à imprensa, explicando que seu colégio de vice-líderes será integrado por 32 deputados. O deputado João Hermann, de São Paulo, ficará incumbido da articulação política, devendo se entrar com a Fundação Pedroso Horta para organizar debates, seminários, grupos de trabalho, etc.

A Ibsen Pinheiro caberá supervisionar o plantão em plenário, incumbindo-se da designação dos horários de liderança, articulando-se com a bancada para a ação naquele lugar estratégico. A coordenação de comissões será exercida pelos deputados Miro Teixeira (RJ) e Ubiratan Aguiar (CE).

## Líder tenta acordo com o Pró-Soberania

O presidente Sarney deu sinal verde, ontem, para que o líder do Governo prosiga nas negociações com o grupo Pró-Soberania, o que, na opinião do deputado Carlos Sant'Anna é uma demonstração formal de que o Governo não fechou as portas àqueles que defendem posições independentes da Assembleia Nacional Constituinte. O grupo entrega hoje ao líder o texto com as principais alterações que deseja fazer na Constituição em vigor, antes de começar a redação da nova Carta.

Segundo ainda Carlos Sant'Anna, na conversa com Sarney, onde relatou os passos das negociações, nada ouviu contra a soberania da Constituinte ou que ele prefira manter as medidas de emergência. Esta e mais o fim do decreto-lei e do decurso de prazo são as alterações principais pregadas pelo grupo Pró-Soberania, que concluiu a redação de sua proposta ontem, numa reunião na casa do deputado Virgildásio Sena.

A principal dificuldade nas negociações se concentram na dúvida sobre a reação de alguns partidos quando uma proposta como aquela for colocada em debate, algo impossível de ser evitado. Temendo impasses, Carlos Sant'Anna revelou que vai procurar o PT e o PDT para tentar amarrar um acordo.

Nessas negociações alguns pontos estão acertados, como o recesso da Câmara e do Senado, que só se reunirão em caráter extraordinário para examinar matérias urgentes e relevantes. E que a soberania não fará parte do regimento.

O líder governista informou que o grupo Pró-Soberania já lhe avisou que haverá obstáculos no plenário caso seja impossível concretizar as mudanças que prega. Em contrapartida, aceita negociar formas de exercer ainda que reduzidamente a soberania da Constituinte.

O deputado Maurílio Ferreira Lima, que está à frente do Pró-Soberania, admitiu ontem que o grupo poderá aceitar qualquer negociação com o Governo desde que a idéia de soberania seja preservada.

Nesse contexto, chegariam a aceitar, por exemplo, que a remoção do decurso de prazo fique para depois, como também a questão das prerrogativas parlamentares.

Para ele, a retirada das medidas de emergência da Constituição em vigor não quer dizer que os deputados coloquem em dúvida a garantia do presidente Sarney, de que não as utilizará.

A nova Constituição removerá todo o entulho e nós temos que ter a capacidade de só remover agora o absolutamente indispensável, disse o deputado, certo de que nesse contexto deve entrar logo, o fim do decreto-lei.

Os líderes partidários decidiram, ainda, unir as forças para garantir a convocação do ministro Dilson Funaro ao plenário da Assembleia. Debatendo assuntos não-constitucionais como a crise econômica, o grupo pretende criar um precedente que possibilite, no futuro, a deliberação da Constituinte em torno de dispositivos do atual texto constitucional.

## de A a Z

**Rita Furtado**

ARQUIVO



O rádio foi o seu maior cabo eleitoral. E deputada em segundo mandato, com atuação voltada para a área da Amazônia

Rita Isabel Gomes Furtado (PFL-RO), 42 anos, foi reeleita deputada pela penetração que obteve na Amazônia através de programas de rádio elaborados pela Rádio Nacional. Natural de Campos (RJ), radialista, é esposa do secretário-geral do ministério das Comunicações, Rômulo Vilar Furtado, com quem tem duas filhas. Na Rádio Nacional, na década de 70, ela dirigia a Programação da Amazônia, destinada a atingir áreas inóspitas do interior brasileiro, com informações, lazer e orientações gerais. Foi assim que se tornou conhecida do eleitorado de Rondônia, que já indicou seu nome para a Câmara dos Deputados duas vezes. E considerada politicamente como de linha conservadora, tendendo à direita, embora seja normalmente discreta no seu comportamento. Eleita pela primeira vez pela legenda do PDS, Rita Furtado integrou a bancada mafufista na Câmara, mas posteriormente passou a apoiar a candidatura de Tancredo Neves. Com a reforma partidária, deixou a legenda do PDS, ingressando no PFL. A Sinopse da Câmara registra em seu nome dois projetos: um criando a Faculdade de Agronomia em Cacoal, município do Estado de Rondônia, e outro autorizando o Poder Executivo, através da Polícia Federal, a criar Delegacias de Defesa das Mulheres.

**Maria de Lourdes**

GILBERTO ALVES



Primeira mulher a administrar uma cidade-satélite, chega à Câmara com uma grande votação e propostas sociais

Maria de Lourdes Abadia Bastos (PFL-DF), 42 anos, chegou em Brasília com 15 anos, em 1960, procedente de Bela Vista, uma pequena cidade do interior goiano. O seu primeiro emprego foi na Folha de S.Paulo, onde cuidava de pequenos serviços de escritório, além de ajudar na livraria do então diretor do jornal, Cláudio Coletti, próxima à redação. Explica sua opção profissional em função da experiência da própria família: "Eramos favelados, não tínhamos água encanada, luz, enfim, passamos por tudo que outras famílias carentes passam". Em 1971 formou-se assistente social pela UnB, passando imediatamente a trabalhar para a Fundação do Serviço Social na CEI — Campanha de Erradicação de Invasões — que deu origem à Ceilândia. A Administração Regional da Ceilândia foi entregue a Maria de Lourdes, e isso não foi propriamente um prêmio — a cidade era considerada uma das mais violentas do DF. Foi das mais votadas nas primeiras eleições do Distrito Federal. Os 14 anos de trabalho na Ceilândia são a credencial que apresentou na campanha, e seu currículo poderá lhe valer a presidência da Comissão de Previdência e Assistência Social da Câmara, cargo que pleiteia abertamente e que tem chances de conseguir. Divorciada, sem filhos, dedica todas as suas energias à Constituinte. Distribuição justa da renda nacional, salário mínimo que permita vida digna ao trabalhador e modernização do sistema de atendimento ao aposentado ou pensionista do governo são as bandeiras de Maria de Lourdes, que não se considera uma pessoa de esquerda, mas acha que é possível haver justiça social.

## os Constituintes

**Tutu Quadros**

GIVALDO BARBOSA



Filha de Jânio, trocou o PSC pelo PTB, depois de eleita, e promete não se tornar uma figura apagada

Direce "Tutu" Quadros (PTB-SP), 42 anos, tem tudo para ser uma das constituintes mais badaladas. Filha única do ex-presidente Jânio Quadros, embora nem sempre esteja se relacionando bem com o pai, parece ter herdado o histrionismo que lhe é tão peculiar: candidata contra a vontade paterna (não se sabe se sinceramente) pela legenda do Partido Social Cristão (PSC), sob os auspícios do ex-deputado Herbert Levy, ela se elegeu com 34.228 votos e logo bandeou-se para o PTB, baluarte das tradições janinistas. Diz-se antimalufista e até protagonizou um início de escândalo ao cobrar publicamente o desvio de Cr\$ 2 milhões da campanha do seu pai para a prefeitura de São Paulo. Bióloga, doutora em Citologia, residu durante quatro anos (70 a 74) nos EUA, trabalhando como pesquisadora na NASA (National Aeronautics and Space Administration). Já assessorou o PDS no tempo em que o então senador José Sarney presidia a legenda. "Tutu", como é carinhosamente chamada pelos íntimos, defende a propriedade privada, é simpática à implantação do parlamentarismo e contrária à reserva de mercado. Desenvolta, por causa da influência ainda desfrutada por seu pai, não será figura apagada nos bastidores da Constituinte. Seus amigos, porém, garantem que "Tutu" tem luz própria. Estudante do tradicional Ston, casou-se sábado passado, pela terceira vez, com Marco Antonio Mastrobuone, até recentemente secretário de Planejamento do seu pai na prefeitura de São Paulo. Tem seis filhos e um cachorrinho de estimação chamado Totó, com quem já confessou conversar freqüentemente.